



CNPJ/MF Nº 08.324.196/001-81

NIRE Nº 24300000502

COMPANHIA ABERTA – RG.CVM 01813-9

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN, REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2005.**

**1 - DATA, HORA E LOCAL:** 08 de agosto de 2005, às 10:00 horas, na sua sede social, na Rua Mermoz, nº 150, Centro, cidade do Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

**2 - CONVOCAÇÃO:** Os acionistas foram convocados através de "Edital de Convocação de Assembléia Geral Extraordinária" publicado nos jornais Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, nos dias 23, 26 e 27 de julho de 2005, Tribuna do Norte nos dias 23, 24 e 26 de julho de 2005 e no Valor Econômico, nos dias 25, 26 e 27 de julho de 2005.

**3 - PRESENCAS:** Foi verificada a presença dos seguintes acionistas, representando mais de 2/3 (dois terços) do capital com direito a voto: COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA, NEOENERGIA S.A, representados pelo Sr. Eduardo Soares e UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A, representada pelo Sr. Francisco Antônio Veiga de Medeiros, cujas respectivas procurações foram apresentadas e arquivadas na COSERN. Presente também o Senhor Ivan Souza Guerra Lima, representante do Conselho Fiscal.

**4 - MESA:** Presidente: Eduardo Soares; Secretário: Roberto Medeiros dos Santos, escolhidos na forma do parágrafo 1º do artigo 10 do Estatuto Social da COSERN

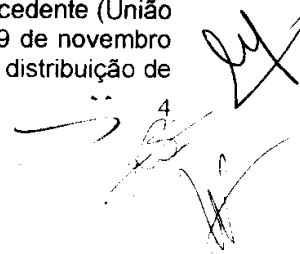
**5 - ORDEM DO DIA:** a) aumentar o Capital Social da COSERN com recursos oriundos da Reserva Especial de Ágio (benefício fiscal) e Reserva de Remuneração de Bens e Direitos Constituídos com Capital Próprio realizadas até 2004, sem a emissão de novas ações (conforme previsto no parágrafo 1º, artigo 169 da Lei 6.404/76); b) analisar a proposta da administração da Companhia, de 22 de junho de 2005, de emissão de debêntures simples, nominativas, não conversíveis em ações, quirografárias, sem garantia, de emissão da Companhia, para distribuição pública, em duas séries, sendo a 1ª série no montante total de até R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), e a 2ª série no montante total de até R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), nos termos do artigo 52 e seguintes da Lei de Sociedades por Ações (Lei n. 6.404, de 15.12.1976, e alterações posteriores) e demais disposições legais pertinentes; c) autorizar a Diretoria da Companhia a: (i) tomar todas as providências para submeter a Emissão ao registro da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e demais órgãos competentes, (ii) negociar e celebrar a escritura de emissão das Debêntures, (iii) assinar toda e qualquer documentação correlata à Emissão, (iv) contratar: (iv.1) agência(s) classificadora(s) de risco (*rating*), (iv.2) instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para coordenar a distribuição e

a colocação das Debêntures, (iv.3) agente fiduciário, e (iv.4) escriturador, fixando-lhes os respectivos honorários, bem como (v) ratificar os atos mencionados acima que tenham sido praticados pela Diretoria anteriormente à data da Assembléia Geral; **d)** alterar a redação da letra "n" do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia, para adequação do texto às disposições regulamentares aplicáveis à Companhia e aprovar a consequente consolidação do Estatuto Social da Companhia, esclarecendo-se que do Edital de Convocação constou, por equívoco, que alteração seria da alínea "r" do artigo 19; **e)** eleger o membro do Conselho de Administração, indicado pelos empregados da Companhia, para um mandato que vigorará até a Assembléia Geral Ordinária que aprovará as contas do exercício de 2005; **f)** retificar a redação do item (d.1) dos assuntos aprovados na Assembléia Geral Ordinária, realizada em 28 de março de 2005.

**6 – DELIBERAÇÕES:** Todas as matérias da Ordem do Dia foram postas em discussão e votação, tendo sido aprovadas por unanimidade pelos acionistas presentes: **a)** Aumento do Capital Social da COSERN com recursos oriundos da Reserva Especial de Ágio (benefício fiscal) e Reserva de Remuneração de Bens e Direitos Constituídos com Capital Próprio realizadas até 2004, sem a emissão de novas ações (conforme previsto no parágrafo 1º, artigo 169 da Lei 6.404/76), no valor total de R\$ 39.373.935,33 (trinta e nove milhões, trezentos e setenta e três mil, novecentos e trinta e cinco reais e trinta e três centavos) e sendo composta por: (i) R\$ 1.761.133,31 (um milhão, setecentos e sessenta e um mil, cento e trinta e três reais e trinta e um centavos), referente a Reserva de Capital – Remuneração sobre o Capital Próprio (JOA) - sendo utilizado o valor máximo permitido, a ser deduzido do saldo da reserva constante dos ITRs – 31/03/2005 e 31/12/2004; (ii) R\$ 37.612.802,02 (trinta e sete milhões, seiscentos e doze mil e oitocentos e dois reais e dois centavos), referente a Reserva Especial de Ágio, sendo utilizado o valor permitido, a ser deduzido do saldo em 31/12/2004 (parágrafo 2º, do artigo 7º da Instrução CVM n.º 319/99). Sendo assim o capital social da COSERN passa de R\$ 140.413.333,25 (cento e quarenta milhões, quatrocentos e treze mil e trezentos e trinta e três reais e vinte e cinco centavos) para R\$ 179.787.268,58 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e oitenta e sete mil e duzentos e sessenta e oito reais e cinquenta e oito centavos). Dessa forma o artigo 5º do Estatuto Social da COSERN passa a vigorar com a seguinte redação: "O Capital Social é de R\$ R\$ 179.787.268,58 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e oitenta e sete mil e duzentos e sessenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), representado por 168.074.028 (cento e sessenta e oito milhões, setenta e quatro mil e vinte oito) ações nominativas escriturais, divididas em 129.746.219 (cento e vinte e nove milhões, setecentos e quarenta e seis mil e duzentos e dezenove) ações ordinárias, de classe única, 20.606.128 (vinte milhões, seiscentas e seis mil, cento e vinte e oito) ações preferenciais de classe A e 17.721.681 (dezessete milhões, setecentos e vinte e um mil e seiscentos e oitenta e uma) ações preferenciais de classe B, todas sem valor nominal"; **b)** 3ª Emissão de Debêntures, com as seguintes características ("Oferta"): (i) Valor Total da Emissão: o valor total da Oferta será de R\$ 179.000.000,00 (cento e setenta e nove milhões de reais); (ii) Número de Séries: As Debêntures serão emitidas em 2 séries ("Debêntures da 1ª Série" e "Debêntures da 2ª Série e, em conjunto, as "Debêntures"). Será realizado procedimento de *bookbuilding*, para

verificação junto aos investidores da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros ("Procedimento de *Bookbuilding*"), no qual serão definidas, de acordo com as condições de mercado a época da colocação, o valor e o número de Debêntures a ser alocado em cada uma das séries da Emissão, observado o limite do Valor Total da Emissão, assim como a remuneração de cada uma das séries; (iii) Quantidade de Títulos: Serão emitidas 17.900 (dezesete mil e novecentas) Debêntures; (iv) Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures ("Valor Nominal Unitário") será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para ambas as séries. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série não será atualizado. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série terá seu Valor Nominal Unitário atualizado a partir da Data de Emissão, de acordo com a variação do Índice Geral de Preço do Mercado, conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"); (v) Espécie das Debêntures: As Debêntures serão quirografárias, sem garantia; (vi) Forma e Conversibilidade: As Debêntures serão nominativas, escriturais e não contarão com a emissão de certificados representativos. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da COSERN; (vii) Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures de ambas as séries será 01 de setembro de 2005 ("Data de Emissão"); (viii) Prazo e Data de Vencimento: As Debêntures da 1ª Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contado da Data de Emissão, vencendo em 01 de setembro de 2010 ("Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série"), e as Debêntures da 2ª Série terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos contado da Data de Emissão, vencendo em 01 de setembro de 2011 ("Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série" e, quando considerada em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série, "Data de Vencimento"); (ix) Distribuição e Negociação: As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sendo distribuídas sob regime de garantia firme as Debêntures da 1ª Série e de melhores esforços as Debêntures da 2ª Série, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários; (ix.1) As Debêntures serão distribuídas no prazo de até 6 (seis) meses contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição da Emissão ("Prazo de Colocação"); (ix.2) Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures, sendo que a Oferta somente será concluída quando da subscrição e integralização do total das Debêntures distribuídas no âmbito da Oferta, durante o Prazo de Colocação; (x) Prazo e Formas de subscrição e integralização: As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo e por meio dos procedimentos da CETIP, dentro do prazo de distribuição pública com integralização à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional. (xi) Amortização: O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado pela COSERN conforme segue: (xi.1) O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será amortizado pela Emissora em 5 (cinco) parcelas iguais, semestrais e sucessivas a partir do final do 36º (trigésimo sexto) mês, inclusive, contado da Data de Emissão, nas seguintes datas: (i) 01 de setembro de 2008; (ii) 01 de março de 2009; (iii) 01 de setembro de 2009; (iv) 01 de março de 2010 e (v) 01 de setembro de 2010; e (xi.2) as Debêntures da 2ª Série serão integralmente amortizadas em uma única parcela na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série; (xii) Remuneração: (i) As Debêntures da 1ª Série terão remuneração com base na variação da taxa média diária do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, extra-

grupo ("Taxa DI"), calculada e divulgada pela CETIP, capitalizada de um *spread*, apurado e fixado em Procedimento de *Bookbuilding*, de, no máximo, 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos) base 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, a partir da Data de Emissão; e (ii) As Debêntures da 2ª Série terão seu Valor Nominal Unitário atualizado a partir da Data de Emissão, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado, conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"), acrescida de um *spread*, apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, de, no máximo, 10,80% (dez inteiros e oitenta centésimos por cento) ao ano incidentes sobre o Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª Série, calculados por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a partir da Data de Emissão. A Remuneração, assim como a quantidade de Debêntures de cada série a ser emitida, será apurada e fixada ao final do Procedimento de *Bookbuilding* e será aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, que terá poderes, inclusive, para cancelar a emissão de qualquer série da Oferta; (xiii) Periodicidade do Pagamento da Remuneração: (i) A Remuneração das Debêntures da 1ª Série será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 01 de março de 2006 e o último em 01 de setembro de 2010 e, (ii) a Remuneração das Debêntures da 2ª Série será paga anualmente a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 01 de setembro de 2006 e o último em 01 de setembro de 2011; (xiv) Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo atraso imputável à COSERN no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ("Encargos Moratórios"); (xv) Do Vencimento Antecipado: (xv.1) Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático: poderão ser declaradas antecipadamente vencidas todas as obrigações referentes à Oferta e exigidas da COSERN o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e do Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela COSERN, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses: (xv.1.1) descumprimento, pela COSERN, de qualquer obrigação pecuniária perante os Debenturistas que estiverem previstas na escritura da Oferta, não sanada em 2 (dois) dias úteis contados da data da inadimplência; (xv.1.2) (i) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora formulado pela COSERN e/ou por seus acionistas controladores Companhia de Eletricidade da Bahia – COELBA ("COELBA") e/ou Neoenergia S.A., esses na qualidade de controladores direto ou indireto da Emissora; (ii) pedido de autofalência ou de falência da COSERN formulado pela COSERN e/ou por seus acionistas controladores; (iii) decretação de falência da COSERN e/ou de seus acionistas controladores; ou (iv) liquidação da COSERN; (xv.1.3) pedido de falência formulado por terceiros em face da COSERN e/ou seus acionistas controladores e não devidamente elidido pela COSERN no prazo legal; (xv.1.4) término ou rescisão, por qualquer motivo, do Contrato de Concessão nº 08/97, celebrado entre a COSERN e o Poder Concedente (União Federal), em 31 de dezembro de 1997, conforme aditado em 29 de novembro de 2001 e em 18 de abril de 2005, relativo ao serviço público de distribuição de



energia elétrica ("Contrato de Concessão"); (xv.2) Hipóteses de Vencimento Antecipado por deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas: deverá ser convocada Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures nas seguintes hipóteses: (xv.2.1) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) que não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo agente fiduciário, salvo se (i) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Companhia, (ii) for cancelado, ou, ainda, (iii) forem prestadas pela Companhia, e aceitas pelo Poder Judiciário, garantias em juízo; (xv.2.2) descumprimento, pela COSERN, de qualquer obrigação não pecuniária da COSERN que estiver prevista na escritura da Oferta, não regularizado em período máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento de aviso enviado pelo Agente Fiduciário da Oferta nesse sentido, sendo que esse prazo não se aplica a qualquer outra hipótese de vencimento antecipado; (xv.2.2) vencimento antecipado de quaisquer obrigações da COSERN, quando tais obrigações tornarem-se exigíveis, em valor agregado igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); (xv.2.3) alteração de controle acionário da COSERN, direto ou indireto, sem que os Debenturistas previamente reunidos em assembléia especialmente convocada para esse fim aprovevem referida alteração, exceto no caso da alteração de controle acionário da Emissora em razão do processo de desverticalização da COELBA, desde que a Emissora permaneça sob o mesmo controle indireto; (xv.2.4) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a COSERN que possam vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da COSERN na Oferta, a exclusivo critério dos Debenturistas excetuadas a cisão, a fusão e a incorporação quando previamente aprovadas pelos debenturistas reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observado o quorum de 75% previsto na Escritura de Emissão, sendo que, nesse caso, não será admitida a opção de dispensa da realização de Assembléia Geral de Debenturistas prevista no §1º do artigo 231 da Lei nº 6.404/76; e (xv.2.4) realização de qualquer pagamento de dividendos pela Emissora, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, ou de qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, caso esteja em mora relativamente ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária referente à Oferta; ; (xv.2.5) não observância dos limites dos índices financeiros de "Dívida Líquida / EBITDA" não superior a 3,0; e de "EBITDA / Resultado Financeiro" não inferior a 2,0 que deverão ser apurados ao final de cada trimestre fiscal: (xv.2.5.1) Em caso de descumprimento dos índices listados acima, a COSERN deverá restabelecê-los até o final do trimestre fiscal seguinte; (xv.2.5.2) Para fins do disposto no item (xv.2.5) acima, serão considerados os demonstrativos financeiros não-consolidados da COSERN, onde: "Dívida Líquida", significa o endividamento oneroso total da COSERN menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras; "EBITDA" (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization), significa o lucro da COSERN antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses ao qual deverá ser adicionada, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, a parcela da amortização da recomposição tarifária do racionamento; e "Resultado Financeiro", significa a

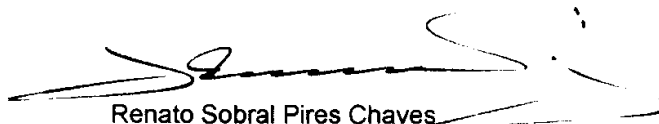
diferença entre Receitas Financeiras e Despesas Financeiras da COSERN ao longo dos últimos 12 (doze) meses, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio. O Resultado Financeiro será apurado em módulo se for negativo e, se for positivo, será considerado "1"; (xvi) Repactuação: Não haverá repactuação das Debêntures; e (xvii) Resgate Antecipado Facultativo: A Companhia poderá resgatar antecipadamente as Debêntures da 1ª Série em circulação, a qualquer momento, a partir do 30º (trigésimo) mês contado da Data de Emissão, inclusive. O resgate antecipado poderá ser total ou parcial, pelo Valor Nominal Unitário da Debênture, na Data da Emissão, acrescido da Remuneração devida até a data do pagamento das Debêntures resgatadas e de prêmio equivalente a 0,80% (oitenta centésimos por cento) sobre o saldo a ser resgatado. As Debêntures da 1ª Série que vierem a ser resgatadas antecipadamente deverão ser obrigatoriamente canceladas. Não haverá resgate antecipado facultativo em relação às Debêntures da 2ª Série; b.1). Aprovar a delegação de poderes ao Conselho de Administração da Companhia para, nos termos do § 1º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, se for o caso, deliberar sobre todas as condições de que tratam os incisos VI a VIII do referido artigo 59, sobre a oportunidade de emissão, bem como para ratificar a quantidade e remuneração das Debêntures a serem emitidas em cada série; c) Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias à realização da Oferta, podendo, inclusive, (i) tomar todas as providências para submeter a Emissão ao registro da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e demais órgãos competentes, (ii) negociar e celebrar a escritura de emissão das Debêntures, (iii) assinar toda e qualquer documentação correlata à Emissão, (iv) contratar, entre outros: (iv.1) agência(s) classificadora(s) de risco (*rating*), (iv.2) instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para coordenar a distribuição e a colocação das Debêntures, (iv.3) agente fiduciário, (iv.4) escriturador, fixando-lhes os respectivos honorários, e (v) contratar serviços e celebrar os respectivos contratos em termos e condições que julgar adequado ao interesse da Companhia, ficando, desde já, ratificados todos os atos praticados até a presente data com tal finalidade; d) Alteração da redação do inciso "n" do artigo 19 do Estatuto Social de "Deliberar sobre o pagamento de juros sobre capital próprio e distribuição de dividendos intermediários" para "Deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e distribuição de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados de estudos, auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta", conforme despacho nº 875/2005 da ANEEL. O Estatuto Social fica consolidado na forma do Anexo I; e) Foi colocada em votação, a eleição do Membro Representante dos Empregados, indicado pelos empregados da Companhia Energética do Rio Grande do Norte, conforme o disposto no artigo 17, parágrafo 2º do Estatuto Social da COSERN, em seu parágrafo 2º, Artigo 17. Os acionistas deliberaram reconhecer a legitimidade da eleição realizada pelos empregados, aprovando a indicação do Sr. PEDRO DAMÁSIO COSTA NETO, brasileiro, casado, engenheiro eletricista e administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade n.º 165.314 - ITEP/RN e inscrito no CPF/MF sob o n.º 074.135.214-15, com endereço na Rua Gonçalves Lêdo, 845, Centro, Natal/RN, e do Sr. ZENÓBIO DO RÉGO FILHO, brasileiro, casado, técnico em eletrotécnica, portador Cédula de Identidade n.º 260.080 – ITEP/RN e inscrito

no CPF/MF sob o n.º 108.009.724-49, com endereço na Rua Mermoz, 150, Cidade Alta, Natal/RN, para o cargo de membros titular e suplente, respectivamente, do Conselho de Administração da COSERN, para cumprir mandato cujo término coincidirá com o dos conselheiros eleitos na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28.03.05, ou seja, até a Assembleia Geral Ordinária que aprovará as contas do exercício de 2005, conforme deliberação assemblear e o disposto no Parágrafo 3º, artigo 17 do Estatuto Social da COSERN. Os membros do Conselho de Administração indicados pelos empregados e eleitos nesta data declararão sua concordância e ciência da coincidência do termo dos seus mandatos com o dos demais membros do Conselho de Administração, assim como declararão que (i) não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; (ii) não estão condenados a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que os tornem inelegíveis para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; (iii) atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; (iv) não ocupam cargos em sociedades ou entidades que possam ser consideradas concorrentes da companhia, e não têm, nem representam, interesse conflitante com o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76. Os conselheiros representantes dos empregados tomarão posse no prazo legal, assinando os respectivos Termos de Posse no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração; **f)** Decidem os acionistas re-ratificar o item (c) das deliberações aprovadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 28 de março de 2005, para constar que o Sr. Fernando Arronte Villegas é **indicado** para o cargo de membro do Conselho de Administração, sendo sua eleição condicionada à obtenção da autorização de concomitância de funções a ser outorgada pela Coordenadoria Geral de Imigração do Ministério do Trabalho. Dessa forma, o item (c) das deliberações tomadas em referida Assembleia passará a vigorar com a seguinte nova redação: **"c) Foram aprovadas, por unanimidade, as indicações dos acionistas com direito a voto e proclamados eleitos para o Conselho de Administração, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que aprovará as contas do exercício de 2005, como membros titulares os senhores: LUIZ EDUARDO FRANCO DE ABREU, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 18.590 CFTA/RJ, CPF/MF nº 667.153.347-49, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 105, 35º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ; GONZALO PÉREZ FERNANDÉZ, espanhol, casado, engenheiro industrial, portador do passaporte espanhol x 175836, CPF/MF nº 059.334.377-86, com endereço no Paseo de la Reforma 2600 Casa – Lomas Altas 11000 – Miguel Hidalgo – México; MARCELO MAIA DE AZEVEDO CORREA, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 2.577.925 IFP/RJ, CPF 425.052.917-72, com endereço na Praia do Flamengo, 78/ 3º andar, Flamengo, Rio de Janeiro – RJ; RENATO SOBRAL PIRES CHAVES, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade nº 072810/0-7 CRC/RJ, CPF/MF nº 764.238.837-34, com endereço na Praia de Botafogo, nº 501, 4º andar, Botafogo, Rio de**

Janeiro-RJ; e **LUCIANA FREITAS RODRIGUES**, brasileira, casada, bancária, portadora da carteira de identidade n.º 06.398.482-7 IFP/RJ, CPF/MF n.º 759.395.847-72, com endereço na Praia de Botafogo, n.º 501, 4.º andar, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ; **CLAYTON FERRAZ DE PAIVA**, brasileiro, casado, engenheiro civil e eletricista, portador da carteira de identidade n.º 3113-D CREA – PE/FN, CPF/MF n.º 000.925.334-34, com endereço na Praça Chora Menino, n.º 58, Cep 50070-210, Boa Vista, Recife/PE; e como respectivos **suplentes**, os senhores: **LUIZ EDUARDO GABRIEL CARVALHOSA**, brasileiro, divorciado, bancário, portador carteira de identidade n.º 12710520-3 IFP/RJ, CPF/MF n.º 153.295.931-15, com endereço na Rua Senador Dantas, n.º 105, 30.º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ; **MARIO JOSÉ RUIZ TAGLE LARRAIN**, chileno, radicado no Brasil, casado, advogado, portador do passaporte chileno R.U.T. 9.507.543-6, CPF/MF n.º 058.458.437-74, portador do protocolo do RNE n.º 08460.004376/2003-39, emitido pelo CIMCRE, com endereço na Rua Lauro Muller, n.º 116, 1101º e 1102º andares, Cep 22290-160, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ; **ROSEANE DE ALBUQUERQUE SANTOS**, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade n.º 0011242272-0 IFP, CPF/MF n.º 756.092.154-04, com endereço na Rua Praia do Flamengo, 78/ 3º andar, Flamengo, Rio de Janeiro/ RJ; **ROBERTO MEDEIROS DOS SANTOS**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade n.º 2901095 SSP/PE, CPF/MF n.º 459.476.274-34, com endereço na Rua Mermoz, n.º 150, Centro, Cep 59025-250, Natal/RN; **ANTÔNIO CARLOS SILVA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade n.º 5156899 SSP/SP, CPF/MF n.º 361.420.698-04, com endereço na SCNQ – 01, Bloco F, Cep 70711-905, Brasília/DF; **ALBERTO MONTEIRO QUEIROZ NETTO**, brasileiro, casado, bancário e economiário, portador da carteira de identidade n.º 075785808 IFP/RJ, CPF/MF n.º 843.603.807-04, com endereço na Rua Senador Dantas, n.º 105, 38º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ; **FRANCISCO ANTONIO VEIGA DE MEDEIROS**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade n.º 000.393.900 SSP/RN, CPF/MF n.º 221.630.424-72, com endereço na Rua Olinto Meira, n.º 1074, Barro Vermelho, Natal/RN. Os acionistas aprovaram, ainda, a **indicação** como membro titular do Conselho de Administração, o Sr. Fernando Arronte Villegas, espanhol, casado, físico, registro nacional de estrangeiros n.º RNE V303347-B, CPF/MF n.º 012.423.054-75, com endereço na Praia do Flamengo, 78/ 3º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, cuja eleição e posse ficam condicionadas à obtenção da autorização de concomitância de funções a ser outorgada pela Coordenadoria Geral de Imigração do Ministério do Trabalho”.

**7 - ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a se tratar, foram suspensos os trabalhos para a lavratura desta ata. Reaberta a sessão, foi esta lida, conferida, aprovada e assinada pelo Presidente e por mim, que secretariei os trabalhos, e pelos acionistas que representam o quorum legal de instalação e deliberação, bem como pelo representante do Conselho Fiscal presente à Assembléia. Natal, 08 de agosto de 2005. Presidente: Eduardo Soares; Secretário: Roberto Medeiros dos Santos, Acionistas: COMPANHIA ELÉTRICA DO ESTADO DA BAHIA – COELBA, NEOENERGIA S.A. e UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.





Renato Sobral Pires Chaves  
Presidente da Assembléia  
P/p Eduardo Soares



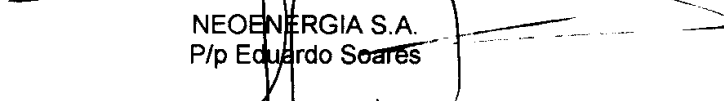
Roberto Medeiros dos Santos  
Secretário



COMPANHIA ELÉTRICA DO ESTADO DA BAHIA – COELBA  
P/p Eduardo Soares



NEOENERGIA S.A.  
P/p Eduardo Soares



UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.  
P/p Francisco Antônio Veiga de Medeiros



IVAN SOUZA GUERRA LIMA  
Conselheiro Fiscal